
1 **CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS**
2 **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**
3 **ATA DA 56ª REUNIÃO**
4

5 Data: 26 e 27 de Junho de 2007.

6 Local: Deville Cuiabá Hotel localizado na Rua Isaac Povoas, 1000; Cuiabá – MT.

7
8 **REPRESENTANTES:**

9 • **Ministério do Meio Ambiente/SRHU**: Laestanislaua Sousa da Silva –
10 laestanislaua.silva@mma.gov.br

11 • **Ministério do Meio Ambiente/ANA**: ausência.

12 • **Ministério da Saúde**: ausência.

13 • **Ministério de Minas e Energia**: Emanuel Teixeira de Queiroz - queiroz@dnpm.gov.br

14 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES**: Maria Luiza Silva Ramos –

15 maria.ramos@igam.mg.gov.br

16 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB**: ausência.

17 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL**: Orneles Neves Figueira Filho -

18 orneles@rn.gov.br

19 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT**: Nédio Carlos Pinheiro (CERH-MT) -

20 nedio@terra.com.br

21 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – BA/CE**: Luiz Henrique Guimarães Batista -

22 batista@srh.ba.gov.br

23 • **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ**: Elcio Linhares Silveira –

24 elsilveira@sp.gov.br

25 • **Indústrias**: César Augusto Paulino Grandchamp - cesar.grandchamp@cverd.com.br

26 • **Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**: Elza

27 de Abreu Costa – elza.abreu@cesan.com.br

28 • **Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo**: ausência.

29 • **Irrigantes**: ausência.

30 • **Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas**: Ausente.

31 • **Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa**: João Carlos Simanke de Souza –

32 jsimanke@terra.com.br

33 • **Organizações Não Governamentais**: Laura Jesus de Moura e Costa – Conselheira -

34 laurajmc.ea@gmail.com

35

36 **DEMAIS PRESENTES:**

37 – Everton Luiz da Costa Souza – veto@pr.gov.br / veto@suderhsa.pr.gov.br

38 – Giancarlo Lastoria (UFMS / CCET / DHT) - lastoria@nin.ufms.br

39 – Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – Conselheiro (DAEE-SP) - bpg@daee.sp.gov.br

40

41 **RELATORIA:**

42 - Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA) - daniel.duarte@mma.gov.br

43

44 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

45 Às 9h e 30 min. do dia 26 de maio do corrente ano, o **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)**,
46 Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, deu início à sua 56ª reunião. Deu
47 bom dia a todos, agradeceu a presença e pediu que os participantes se apresentassem. Iniciou
48 com o **Item 1 – Comunicados da Presidência**. Leu o email enviado pelo Sr. Renato Andrade do
49 CREA – BA à CTAS, que apresentava dúvidas sobre a gestão de águas subterrâneas. Disse que
50 respondeu que a unidade de gerenciamento de recursos hídricos é a região da bacia hidrográfica
51 segundo a Lei 9433/97 e que as resoluções 15 e 22 complementam o tratamento dado a este tipo
52 de água. Em um segundo momento, divulgou a nova data do Encontro Nacional de Colegiados

53 Ambientais, dias 16, 17 e 18 de outubro de 2007, a ser realizado em Brasília. Posteriormente,
54 falou sobre o Ofício 15/2007 do presidente da CTPOAR que trata do envio da proposta de
55 resolução à CTIL para análise. O **Sr. Emanuel Teixeira de Queiroz (MME)** informou que a
56 proposta de resolução sobre águas minerais foi aprovada na reunião da 94ª reunião da CTIL e
57 será encaminhada à reunião do Conselho em setembro. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)**
58 fez a leitura do recebimento de um prêmio internacional pelo DAEE devido ao projeto Via das
59 Águas relacionado à gestão do Aquífero Guarani, constante na gazeta mercantil. Em seguida, o
60 **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** passou ao *Item 2 – Aprovação da Ata da 55ª Reunião da*
61 *CTAS* que foi aprovada com alterações. Durante a aprovação da Ata, ocorreu uma discussão
62 sobre a correta utilização do termo dolina que seria o evento natural, que pode ser acelerado
63 artificialmente, de abatimento do terreno em forma concêntrica em áreas de aquíferos cársticos,
64 principalmente. Item 3 – Discussão de proposta de moção ou resolução versando sobre aquíferos
65 cársticos; O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza (CERH-PR)** informou que a CTAS estadual está
66 ativa e haverá uma reunião no dia 6 de Julho do corrente ano das 9h às 12 h na SUDERHSA com
67 todos os interessados na questão. Estendeu o convite a todos os integrantes da CTAS / CNRH. A
68 **Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)** observou a necessidade de convidar representantes
69 dos municípios que estão localizados na área do carste. Disse que ocorreu uma reunião com
70 SANEPAR que abordou os assuntos indenizações e multas. Falou que a idéia da sociedade civil
71 é reverter o dinheiro da multa imposta pelo IBAMA para a compra e criação de unidades de
72 conservação abrangendo os campos de altitude na região de recarga do aquífero carste. Alertou
73 que é um erro técnico, político e administrativo a construção da hidroelétrica de Tijuco Alto, pois
74 esta acarretaria a destruição do referido aquífero. Falou que a moção pode garantir a proteção do
75 aquífero. O **Sr. Elcio Linhares Silveira (CERH-SP)** falou que uma moção não é o instrumento
76 adequado para as intenções da sociedade civil, além do que o conteúdo apresentado na moção
77 em questão se desvia da competência da Câmara Técnica. Disse que o instrumento mais
78 adequado para proteção do aquífero é uma resolução que verse sobre o estado da arte do
79 gerenciamento desse tipo de aquífero. A **Sra. Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** disse
80 que na reunião passada fora decidido enviar uma moção para que o CERH-PR tomasse uma
81 posição sobre o assunto. Expôs que esse objetivo já fora alcançado, portanto a moção perdeu o
82 sentido. Defendeu a redação de uma resolução que trate da proteção e conservação de aquíferos
83 cársticos no país como um todo. O **Sr. Erivelto Luis Silveira (SANEPAR)** agradeceu o espaço
84 e a oportunidade de esclarecer a situação relacionada à utilização do aquífero. Completou
85 dizendo que o assunto moção já estaria vencido. Relatou que a SANEPAR tem a preocupação de
86 levar o conhecimento técnico e científico sobre Carste aqueles que se beneficiam de sua
87 exploração. Disse que será proveitoso levar a experiência alcançada pela SANEPAR neste
88 processo à outras regiões cársticas do país. A SANEPAR teve uma grande evolução na gestão do
89 aquífero que é devidamente monitorado. Relatou que este monitoramento permite que haja uma
90 exploração sustentável, evitando que ocorra danos às famílias da região. Disse que a multa
91 imposta não pode ser abordada pela moção pois é responsabilidade daquele órgão. Observou que
92 as indenizações estão sendo pagas seguindo todas os tramites legais. Disse que os estudos
93 complementares necessário ao EIA/RIMA estão em andamento e possuem um prazo de entrega
94 que vence no dia 30 de junho de 2007. Agradeceu mais uma vez a oportunidade e disse que a
95 SANEPAR está aberta para receber a todos para a discussão sobre a melhor utilização do Carste.
96 O **Sr. Emanuel Teixeira de Queiroz (MME)** disse que durante a 55ª Reunião, em Ribeirão,
97 concluiu-se que os considerando não estavam coerentes com o que resolve a moção e propôs sua
98 reestruturação. Reforçou que será mais interessante e eficaz a proposição de uma moção para os
99 aquíferos cársticos. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** expôs que conversou com o Sr.
100 Júlio Thadeu sobre a forma e conteúdo da moção e este relatou a sua inadequação. Vislumbrou a
101 possibilidade de incluir um artigo ou parágrafo específico sobre carste na resolução em discussão
102 para inserir uma ponte com a resolução a ser feita. A **Sra. Laura Jesus de Moura e Costa**
103 **(ONG)** disse que a situação de degradação do carste não é devida, apenas, à ação da SANEPAR,
104 mas também das outras outorgas concedidas para utilização de água subterrânea na região. Falou

105que o movimento ambientalista do estado acredita que esta utilização não é uma questão somente
106técnica, é também uma questão política. Ressaltou a força política de uma moção e a
107importância de se levar ao CNRH as questões de interesse para a sociedade civil. Entregou
108cópias dos documentos utilizados em reivindicações envolvendo o carste. Agradeceu o espaço na
109Câmara. O **Sr. Luiz Henrique Guimarães Batista (CERH-BA)** disse que poderia ser
110apresentada uma proposta alternativa de moção, reescrita, para que possa ser analisada. Pediu que
111a reunião que ocorrerá no Paraná seja relatada na próxima reunião da CTAS / CNRH. O **Sr.**
112**Erivelto Luis Silveira (SANEPAR)** atentou para o fato de que não foi uma moção que fez a
113SANEPAR complementar os estudos sobre exploração sustentável do carste paranaense, e sim a
114responsabilidade que a empresa tem no tratamento do recurso hídrico utilizado. Sugeriu que a
115presidência das instituições citadas em discussões de Câmaras Técnicas seja notificada para
116utilizar o seu direito de resposta. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza (CERH-PR)**, a **Sra.**
117**Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** e a **Sra. Elza de Abreu Costa (PRESTADORAS)**
118entenderam que o texto da moção não está mais em discussão, pois seus objetivos, discutidos na
119última reunião, já foram atendidos – reativação da CTAS estadual e reunião com a SANEPAR.
120Disseram que já existem subsídios para fazer a proposta de resolução abrangendo os carste,
121levando em conta a experiência do caso paranaense. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)**
122resumiu que os representantes da CTAS convergem para o não encaminhamento da moção e
123início da proposta de resolução para a gestão sustentável de aquíferos carste, com a apresentação
124da experiência do estado do Paraná no tema. Seguiu com uma votação aprovando ou não da
125moção, que foi rejeitada por unanimidade com a redação que está. A **Sra. Laura Jesus de**
126**Moura e Costa (ONG)** pediu para apresentar uma nova redação para a moção. A **Sra. Maria**
127**Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** alertou que a nova redação não deveria conter o assunto que
128foi rejeitado na votação e que a Câmara deveria decidir o assunto a ser abordado. O **Sr. João**
129**Simanke de Souza (OTEP)** sugeriu a apresentação de uma nova moção em assuntos gerais e
130definiu que será feita a resolução sobre aquíferos cársticos de forma geral. O **Sr. Erivelto Luis**
131**Silveira (SANEPAR)** disse que a empresa terá o prazer de apoiar nas discussões dessa nova
132resolução com a apresentação dos estudos e resultados obtidos com a utilização da água do
133carste. O **Sr. Emanuel Teixeira de Queiroz (MME)** propôs que a discussão sobre a resolução
134sobre aquíferos cársticos fosse iniciada e seguisse simultaneamente à outra, pois o assunto esteve
135em pauta nas últimas 3 reuniões. A **Sra. Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** disse que será
136mais proveitoso concentrar os esforços para o término da proposta de resolução em discussão
137para que a resolução sobre carste tenha total atenção dos participantes da Câmara. O **Sr. Elcio**
138**Linhares Silveira (CERH-SP)**, o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza (CERH-PR)** e o **Sr. João**
139**Simanke de Souza (OTEP)** concordaram não ser o momento apropriado para iniciar uma nova
140proposta de resolução, e assim que terminada a resolução atual, convidar os envolvidos com o
141uso de águas de aquíferos carste – Estado do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia – para
142contribuir com suas experiências. Então, o **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** retirou o **Item**
143**34 – Apresentação de proposta de moção sobre cursos de Hidrologia – Sr. João Clímaco** e disse
144que este assunto será abordado nas próximas reuniões a pedido do Sr. João Clímaco (ONG). O
145**Sr. César Augusto Grandchamp (INDÚSTRIA)** aproveitou o momento e questionou como
146seriam feitas as contribuições à proposta de resolução de classificação e diretrizes ambientais
147para o enquadramento de águas subterrâneas. A **Sra. Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)**
148apresentou a situação da participação da CTAS nas discussões ocorridas no GT CONAMA.
149Falou da necessidade da presença de participantes de gestores de recursos hídricos nas reuniões
150deste GT, pois muitas vezes se extrapola o tema abordado, entrando em questões de usos do
151recursos hídricos. Disse que poderia haver uma maior participação da CTAS nessas deliberações
152se este fosse o interesse da Câmara. O **Sr. César Augusto Grandchamp (INDÚSTRIA)** e o
153**Sr. Elcio Linhares Silveira (CERH-SP)** concordaram que seria importante a presença e
154participação de pessoas envolvidas com a gestão de recursos hídricos para garantir a proteção
155efetiva das águas subterrâneas. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** sugeriu, que por uma
156questão de pauta, encaminhar essa discussão em Assuntos Gerais e seguiu ao **Item 5 –**

157 *Continuidade das discussões sobre a proposta de Resolução de Diretrizes para Proteção e*
158 *Conservação das Águas Subterrâneas.* Iniciou-se o item a partir do art. 6º da versão de 25 de
159 abril de 2007. Discutiu-se sobre a necessidade de incluir a responsabilidade do órgão gestor em
160 relação aos estudos e qual seria o grau de detalhamento destes, a serem feitos para utilização
161 sustentável dos aquíferos. A feitura dos estudos poderia ser repassado a outras entidades para
162 fazê-lo. Passou-se ao §1º do artigo em questão. Colocou-se que este seria uma explicação do
163 caput, e isto estaria de acordo com o combinado – apresentar definição no corpo do texto. Este
164 parágrafo contempla a integração entre águas superficiais e subterrâneas. Debateram a
165 pertinência de os parágrafos 2º e 3º abordarem os casos específicos dos aquíferos cársticos e
166 costeiros, respectivamente, para chamar a atenção a estes tipos, que possuem problemas de
167 gestão comuns e conhecidos. Resolveram incluir o alerta aqueles competentes a legislar sobre o
168 uso e ocupação do solo a problemática da utilização do aquífero carste em seu aspecto
169 geotécnico. Às 9h do dia vinte e sete, o **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** abriu os trabalhos
170 e continuaram as discussões sobre o *Item 5*. Resolveram retirar o art. 2º que tratava de
171 definições, pois estas serão incluídas ao longo do texto da resolução. Os artigos foram, então,
172 renumerados. Discutiram sobre a melhor redação para o, agora, artigo 6º e seu parágrafo único e
173 o aprovaram substituindo “obras” por “captações de águas subterrâneas” e colocando “de acordo
174 com as normas vigentes” para abranger amplamente a legislação sobre o assunto. Ocorreu uma
175 discussão sobre as análises a serem feitas, como o nível de água do aquífero e sobre quando
176 deveria ser feita a outorga. Discutiram o parágrafo único do artigo 6º ressaltando a importância
177 de constar a medição de nível da água, uma tarefa simples de ser realizada, e tomar o cuidado de
178 não direcionar a compra de um determinado aparelho para essa medição. O **Sr. Orneles Neves**
179 **Figueira Filho (CERH-RN)** relatou o caso que o estado do Rio Grande do Norte está fazendo
180 uma parceria com a Auto Track para monitorar os poços com sistemas de dessalinização.
181 Discutiram sobre a supressão do §2º deste artigo, que versava sobre área de proteção, o que foi
182 votado e aprovada a sua retirada. Consequentemente foi retirado também o §3º devido sua
183 relação de complementariedade com o §2º. Passou-se para a análise do Art. 7º. Discutiram a
184 pertinência do conteúdo do artigo, que determina o selamento do poço, o que muitas vezes pode
185 causar uma maior contaminação, amarrando as melhores ações para a preservação das águas
186 subterrâneas. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** relatou que muitas vezes em casos de
187 intrusão salina, sacrifica-se o poço continuando a bombear água para não haver contaminação
188 dos poços no. O **Sra. Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** disse que o artigo causaria mais
189 problemas do que soluções. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza (CERH-PR)** questionou em
190 quais situações poderiam ser tomadas providências de selamento de poços. O **Sr. Elcio Linhares**
191 **Silveira (CERH-SP)** disse que normalmente a contaminação não ocorre diretamente pelo poço,
192 e sim pela poluição do aquífero, a não ser as de caráter bacteriológico. O **Sr. João Simanke de**
193 **Souza (OTEP)** sugeriu a sua retirada da proposta e de seus parágrafos. Sugeriram que poços
194 improdutivos ou com certo grau de alteração poderiam ser tamponados ou selados. Resolveu-se
195 por uma nova redação para o artigo o qual será analisado para a próxima reunião ressaltando a
196 necessidade de linguagem clara a seu público alvo. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza**
197 **(CERH-PR)** deixou um objetivo para os representantes da Câmara que é como seriam colocados
198 os Planos de Bacia no Art.4º. A seguir iniciou-se o *Item 6 – Assuntos Gerais*. O **Sr. César**
199 **Augusto Grandchamp (INDÚSTRIA)** perguntou qual será o posicionamento da CTAS em
200 relação as interfaces presentes na proposta de resolução “Classificação e Diretrizes Ambientais
201 para o Enquadramento das Águas Subterrâneas” do GT CONAMA. O **Sr. João Simanke de**
202 **Souza (OTEP)** sugeriu enviar um ofício assinado por ele ao coordenador do GT para tratar do
203 assunto. O **Sr. César Augusto Grandchamp (INDÚSTRIA)** o ofício seria muito trabalhoso e
204 não atenderia o que a proposta precisa. Disse que a melhor forma de abordar o assunto seria
205 enviar alguém à Reunião do GT que realizar-se-á nos dias 23 e 24 de julho próximos. Disse que
206 existem itens na proposta que envolvem usos e outorga que são improcedentes com os trabalhos
207 do CONAMA. A **Sra. Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** concordou que é mais
208 interessante a presença de um representante da CTAS na Reunião do GT CONAMA, para

209garantir a voz ativa da Câmara. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza (CERH-PR)** disse que será
210necessária uma convocação para a participação para justificar as passagens. O **Sr. João Simanke**
211**de Souza (OTEP)** pediu para o Sr. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza (CERH-PR)** enviar
212uma minuta com o texto convocatório. A **Sra. Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** disse
213que seria bom se o Sr. Daniel, relator da CTAS, enviasse a pauta e a proposta de Resolução para
214os membros, coletasse suas opiniões e as repassasse para aqueles que estarão presentes. O **Sr.**
215**Everton Luiz da Costa Souza (CERH-PR)** pediu para enviar a convocação para todos os
216membros da CTAS. A **Sra. Maria Luiza Silva Ramos (CERH-MG)** relatou que as discussões
217estão nas definições das classes de enquadramento e isso ajudaria a localizar qual parte da
218proposta será abordada na Reunião. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** lembrou que o
219enquadramento é responsabilidade da CTAS. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** passou
220para o a apresentação da nova redação da moção sobre aquífero carste encaminhada pela
221sociedade civil. **Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)** apresentou a moção e as
222justificativas de sua propositura. O **Sr. João Simanke de Souza (OTEP)** pediu que todos os
223presentes se posicionassem a favor ou contra a moção e justificassem seus votos. A moção foi
224então rejeitada por unanimidade baseado no fato principal de seu conteúdo extrapolar a
225competência da CTAS. A **Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)** disse que já esperava
226essa conclusão, mas que não poderia deixar de cumprir sua tarefa. Disse que a presença do
227representante da SANEPAR é uma evolução e toda a movimentação acerca do assunto gerou
228bons resultados. Fez leitura de uma poesia sobre o rio Ribeira e encerrou sua fala. O **Sr. João**
229**Simanke de Souza (OTEP)** agradeceu a presença de todos e convidou os presentes para
230participar da Mesa Redonda “Aquífero Guarani no Centro – Oeste: Aspectos Hidrogeológicos e
231Ambientais” o qual encerra a 56ª Reunião CTAS / CNRH a qual se extraiu esta ata que será lida
232e aprovada pelos membros participantes da próxima Reunião.

233
234 **ATA APROVADA NA 57ª REUNIÃO, REALIZADA NOS DIAS 28 E 29 DE AGOSTO DE 2007.**
235
236
237

JOÃO CARLOS SIMANKE DE SOUZA
Presidente da CTAS

DANIEL MARTINELLI DUARTE
Relator

238